

Jornalistas dão dicas para a cobertura da crise política

Avaliações sugerem caminhos e cuidados na avaliação de notícias obtidas com as fontes



Olhos roxos, testemunhas suspeitas, cuecas recheadas de dinheiro, nomes tradicionais da política brasileira caindo em desgraça, vazamentos, delações e a imprensa acusada de golpismo. A crise política fica a cada dia mais complexa, e com essa complexidade aumenta o grau de dificuldade e perigo na cobertura. Nesta edição, entrevistamos alguns jornalistas envolvidos na cobertura ou acompanhamento da crise, para levantar dicas sobre como cobrir melhor esse período que gera tantas potencialidades de "furos" e de "barrigas" nas Redações. **PÁGINAS 2 e 3**

Lucas Figueiredo critica sigilo eterno

O jornalista Lucas Figueiredo, autor do livro "Ministério do Silêncio", é o entrevistado deste mês. O livro conta a história dos serviços secretos brasileiros desde Washington Luís até o governo Lula. Apurado durante sete anos, o livro conta com muito material obtido em arquivos públicos logo antes do decreto do sigilo eterno. Pouco depois de sua pesquisa, os arquivos foram fechados pelo decreto. Segundo Lucas, o que todas as versões do "Serviço" (Sfici, SNI, Abin) tiveram em comum até hoje foi a ênfase em investigar o povo, o inimigo interno. Segundo ele, isso é típico de países subdesenvolvidos. **PÁGINA 4**

Congresso da Abraji será de 27 a 29/10; conheça a programação preliminar

Com o plebiscito nacional sobre o desarmamento marcado para o dia 23 de outubro, a organização do congresso da Abraji decidiu transferir a data do evento para os dias 27 a 29 de outubro. Na data original (20 a 22), muitos jornalistas que poderiam querer assistir, ou que seriam palestrantes, estarão ocupados na cobertura do plebiscito.

As inscrições para o 1º Congresso Brasileiro de Jornalismo Investigativo abrem no dia 1º de agosto, no website da Abraji. O

congresso ocorre no campus da PUC-Rio, no bairro da Gávea. Leia nesta edição a versão atual da programação do evento. **PÁGINA 6**



Estréia neste número a seção de livros sobre jornalismo

PÁGINA 5

Cobrindo a crise sob fogo cruzado

Jornalistas compartilham experiências sobre como cobrir melhor uma crise política nacional

Períodos de crise política são períodos de desafios diários aos repórteres, especialmente aos que cobrem Brasília. Todos os dias, surgem fatos novos, com possibilidades de grandes furos e de grandes “barriegas”, entre malas e cuecas recheadas de dinheiro, hematomas, arapongas que afirmam ser jornalistas, quedas de ministros e demais “brigas de bugio” entre políticos.

Por sua própria natureza, a imprensa é a mais visada de todas as instituições que acompanham o desenrolar da crise. Nesta, especificamente, sob acusações conspiratórias de “golpe das elites”. Exatamente por isso, toda técnica é pouca. O **Apuração** ouviu alguns jornalistas envolvidos na cobertura diária da crise política e na crítica de mídia, para saber sua avaliação dessa cobertura e levantar algumas dicas para melhor acompanhar e entender essa crise.

As denúncias que trouxeram a crise não eram exatamente novas. Logo após a primeira entrevista do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) à *Folha de S.Paulo*, no início de junho, lembrou-se que o ex-ministro Miro Teixeira já havia falado sobre o “mensalão” ao *Jornal do Brasil* em 23 de setembro de 2004. Segundo Gustavo Krieger, chefe da sucursal da revista *Época* em Brasília, todos os jornalistas que cobrem o governo sabiam sobre o “mensalão” mas buscavam informações mais concretas. “Faltava um dos dois elementos essenciais: provas ou um testemunho qualificado”, afirma.

Antes das entrevistas de Roberto Jefferson, a revista *Veja* havia publicado um vídeo que mostraria um suposto indicado do deputado nos Correios recebendo propina. O vídeo havia sido gravado por um ex-agente da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Luiz Weis, do *Observatório da Imprensa*, afirma que “a imprensa não será perdoada por ter deixado de ir atrás da história do *JB* sobre a existência do mensalão”. Ele critica a origem “araponga” da informação que fez com que o caso viesse à tona, gerando a crise, mas afirma que a cobertura melhorou bastante. “Depois de um mau começo, com a *Veja* se associando a um araponga para ter acesso ao vídeo com o Maurício Marinho, dos Correios, a mídia se apurou e está fazendo um trabalho que, na opinião de colunista Roger Cohen, do *International Herald Tribune*, poderia servir de exemplo para a imprensa americana. Concordo com ele”, diz.

Para Cláudio Weber Abramo, diretor-executivo da Transparência Brasil, os jornais têm revelado poucos fatos novos obtidos por apuração própria. “Em geral, repercutem-se declarações públicas de personagens diversos ou reportagens de outros veículos, por sua vez originadas de informações que lhes chegam pelas mãos de personagens interessados. Assim foram a gravação divulgada pela *Veja* e as entrevistas de Roberto Jefferson à *Folha*. A lista do Coaf foi passada por alguém do Coaf ou com acesso a dados lá coligidos. Idem quanto à dívida do PT junto ao BMG”, diz.

Ele julga necessário esclarecer o que leva os informantes a falar. “Não entendi a motivação da entrevista da ex-secretária Fernanda Somaggio à *IstoÉ Dinheiro*, em dezembro de 2004”, afirma Abramo. Segundo Marcos Valério, a publicação foi sustada após acordo financeiro. A entrevista foi publicada só em junho, após o depoimento de Jefferson.

Também essa entrevista motiva outra dica de Abramo. A partir da informação de que “rolava mulher” em festas de Valério, o diretor da Transparência Brasil sugere entrevistar em off “algum provedor ou provedora de tais serviços”. Sem indiscrição: “O interesse não seria a vida sexual de deputados ou tesoureiros, mas o que suas companhias eventuais pudessem informar a respeito do que ouviram ou testemunharam”, diz.

Para Weis, ao contrário do que houve em outras crises, as revistas semanais têm trazido informações mais relevantes que os jornais, que se limitariam em parte a acompanhar o tiroteio de declarações e dados levantados pela CPI.

“Este é o tipo mais arriscado de cobertura. A pressão por furos e por estar à frente da concorrência pode nos levar a vários tipos de erro”, diz Krieger, um dos responsáveis pela revelação do caso Waldomiro Diniz, em 2004. O caso foi a primeira denúncia grave de irregularidades envolvendo personagens próximos ao governo Lula.



Krieger aponta alguns fatores que atraem erros – e, na verdade, todos são o mesmo. “O primeiro é a publicação de ‘denúncias’ baseadas apenas em testemunhos, sem nenhuma checagem. O segundo, publicar informações sem checagem”. Com o primeiro, segundo ele, flertaram os jornalistas nas primeiras semanas do acirramento da crise, quando todas as denúncias se concentravam em torno de declarações do deputado Roberto Jefferson, sem documentação. “A dependência diminuiu quando os veículos de imprensa passaram a seguir suas próprias linhas de investigação”, diz.

Um exemplo do segundo tipo surgiu no *Jornal Nacional* e repercutiu por toda a imprensa. Um levantamento feito pelo gabinete do deputado federal Rodrigo Maia (PFL-RJ), da CPI dos Correios, gerou uma lista de pessoas que visitaram um prédio que contém uma agência do Banco Rural, em Brasília, nos dias em que Marcos Valério teria feito seus maiores saques. A lista mostraria assessores ligados ao PT. No dia seguinte, Maia recuou na denúncia – até alguns funcionários seus apareciam.

A culpa pelo erro na divulgação, quando do reconhecimento do erro, foi posta na imprensa, que não verificou as informações. “Um erro não justifica o outro”, disse José Roberto de Toledo, diretor de reportagem com auxílio do computador da Abraji. Para ele, o erro nas acusações feitas pelo PFL pode desautorizar outras possíveis acusações embasadas. “Com o acirramento da crise, isso só tende a piorar.”, disse Toledo.

A cobertura não se limita a Brasília. No início de julho, o assessor político José Adal-

berto Vieira da Silva entrou para o anedotário nacional ao ser preso no aeroporto de Congonhas com US\$ 100 mil na cueca. Trabalhava para o deputado estadual cearense José Nobre Guimarães, irmão do deputado José Genoíno, então presidente do PT. Com as revelações, este deixou o cargo no partido e um dos focos foi para o Nordeste.

Na cobertura regional, que quase sempre depende de agências, o maior cuidado é na seleção, segundo Plínio Bortolotti, ombudsman do *O Povo*, de Fortaleza (CE). "Mesmo sem produção própria, por falta de recursos, o jornal regional vive sob pressão pelos outros jornais e pelas televisões. No caso da lista do PFL, tivemos de ir atrás", disse.

Em ramificações locais – como os dólares na cueca –, muitas vezes os jornais regionais descobrem ângulos que não são acompanhados pela imprensa do centro do país.

"Os portais de internet têm seções que acompanham o que sai na imprensa internacional. Hoje em dia, com a internet, não seria muito difícil fazer o mesmo com jornais regionais", diz o ombudsman. "É uma questão da forma como o Brasil se vê, olhando mais para fora do que para suas próprias regiões", diz o ombudsman.

Imprecisões

Ávido espectador dos depoimentos na CPI, Abramo, da Transparência Brasil, alerta: ao reproduzir informações dadas em entrevistas ou depoimentos, é preciso muita atenção às implicações legais do que dizem os deputados. Em entrevista no programa *Roda Viva*, por exemplo, Roberto Jefferson teria

mencionado um "direito" dos doadores de campanha a serem beneficiados em licitações públicas. Abramo classifica isso como "uma visão equivocada do processo de licitação".

"Isso poderia ter servido de 'gancho' para pelo menos duas linhas: 1) Jefferson não entende nada de licitações, o que é interessante por si, pois se esteve envolvido na montagem de máquinas fraudulentas, ele próprio não tem grande noção de como as fraudes são efetuadas; 2) A forma como licitações são conduzidas. Salvo engano, não vi análises mais aprofundadas sobre as possibilidades de fraude em licitações de diferentes tipos (preço, técnica etc.)."

Abramo vê problemas na forma como os integrantes da CPI conduzem os depoimentos. "Fazem perguntas completamente absurdas; os depoentes, deliciados, deitam e rolam. A imprensa, aparentemente, deixa passar – sinal de que desconhece o assunto tanto quanto deputados e senadores".

Isso, segundo ele, leva a imprensa a "comprar" propostas polêmicas, como o financiamento público de campanhas eleitorais. Segundo ele, essa modalidade não impediria que políticos desonestos continuassem buscando doações ilegais sem declaração. Apenas garantiria a eles uma fonte a mais, pública, de recursos.

Para Abramo, ainda há muito o que esclarecer. "Uma catástrofe política das dimensões da que se abateu sobre o PT não aconteceria apenas como decorrência de invencionices. A história ainda não escrita dessa crise deve dar a resposta quanto ao quê, mais precisamente, esteve em jogo."



Fotos: Radiobrás

Transparência Brasil propõe mudanças na lei

A Transparência Brasil, organização não governamental que monitora a corrupção e políticas públicas que a corbam ou incentivem, divulgou no dia 4 de agosto uma nota criticando o desempenho dos partidos políticos na condução da crise e propondo modificações políticas. Leia neste box alguns trechos do documento.

* Tão importante quanto o destino dos dinheiros fraudulentos é sua origem. Caixa-dois de partido político nunca tem origem limpa. (...) Trata-se do fruto da corrupção, materializada no direcionamento de licitações públicas, na leniência na fiscalização de contratos, no perdão fraudulento de dívidas e multas (...), na promulgação de legislações que favorecem setores econômicos, no favorecimento de interesses específicos em decisões governamentais, no desvio de finalidade em aplicações financeiras e numa multiplicação de outros mecanismos.

* A reforma política, embora necessária e urgente, nada tem a ver com isso e em nada afetará tais mecanismos, não importa como seja formulada. A insistência com que se apresenta o modelo de financiamento eleitoral como causa

dos problemas da corrupção não pode ser entendida de outra forma senão como manobra diversionista.

* O que a investigação do escândalo precisa exibir são os mecanismos da corrupção. Tanto quanto os agentes criminosos localizados no aparelho de Estado, os interesses beneficiados pelos atos de corrupção precisam ser identificados e submetidos a processo criminal. Essa é a única forma de desencorajar contribuições a Caixas Dois.

* O escândalo aponta para diversas falhas institucionais e administrativas que, se não forem corrigidas, continuarão a produzir os mesmos problemas identificados hoje. De forma a enfrentá-los, a Transparência Brasil submete à apreciação pública a necessidade urgente de se atacarem os seguintes pontos:

– A liberdade de nomeação de pessoas para ocuparem os chamados "cargos de confiança", que superam 20 mil só no poder Executivo federal. As recentes medidas anunciadas pela Casa Civil da Presidência da República disciplinaram a forma como deve dar-se parte dessas nomeações, mas mantiveram intocado o problema central, pois o número de funções que os integrantes do Executivo federal podem preencher conforme sua vontade permaneceu o mesmo. A liberdade de nomeação é o que permite o loteamento do setor público nos três poderes e nas três esferas, configurando verdadeiro convite à corrupção.

– Os mecanismos de elaboração orçamentária das três esferas e a não-obrigatoriedade de cumprimento dos Orçamentos, propiciando o desvirtuamento das relações políticas e a realização de negociações ligadas tanto ao planejamento dos investimentos quanto à liberação de verbas.

– O alto grau de ineficiência administrativa da maioria dos Estados e municípios brasileiros, que conduz à elevada incidência de corrupção nesses âmbitos, na prática imanejável pelos mecanismos de controle existentes.

– A descoordenação dos mecanismos de prevenção e controle e o mau trânsito das informações entre eles no que tange a dados bancários e fiscais.

– A tendência ao descumprimento da legislação de licitações e contratos, seja na sua letra, seja principalmente em seu espírito, levando à incidência de critérios subjetivos que afetam a participação de interessados e o julgamento de propostas, incluindo-se o desvirtuamento de projetos financiados por agências multilaterais. Em particular, a eliminação das modalidades de licitação de "técnica" e de "técnica e preço", que invariavelmente resultam em decisões dirigidas.

– A inobservância da estipulação constitucional que assegura a toda pessoa acesso a informação detida pelo Estado, situação que faculta aos agentes públicos o papel de censores daquilo que os cidadãos podem conhecer. A informação é o melhor inseticida contra a corrupção.

Política é a tônica dos livros do mês

Lançamentos de junho e julho se concentram principalmente em reportagens sobre política; destaque é relato de Bob Woodward sobre o Garganta Profunda, lançado no Brasil dois meses depois da revelação da fonte



"INSTINTO DE REPÓRTER"

Elvira Lobato

Publifolha, 288 pg, R\$ 39

A repórter da *Folha de S.Paulo* conta em detalhes como surgiram as pautas e como foi feita a apuração de algumas de suas reportagens de maior destaque, incluindo a investigação sobre os testes nucleares da Serra do Cachimbo

e a revelação de que funcionários públicos do Estado de Alagoas trabalhavam, de maneira irregular, na campanha presidencial de Fernando Collor de Mello em 1989. Em tom coloquial, Elvira leva aos leitores as questões que teve de enfrentar durante a apuração.



"JORNALISMO INVESTIGATIVO"

Leandro Fortes

Contexto, 128 pg, R\$ 24,90

O repórter da Rede Globo e professor do Instituto de Educação Superior de Brasília busca conceituar o que é jornalismo investigativo e traça um panorama das principais questões que envolvem a prática da apuração de reportagens mais complexas. Além desse material e de alguns exemplos de reportagens (com descrição do processo de apuração), o livro traz artigos de repórteres convidados pelo autor.



"JUÍZES NO BANCO DOS RÉUS"

Frederico Vasconcelos

Publifolha, 368 pg, R\$ 44

O experiente repórter da *Folha de S.Paulo* conta as trajetórias de juízes que ganharam fama nacional por protagonizar escândalos envolvendo denúncias de corrupção. Entre eles, os mais notórios são Nicolau dos Santos Neto e João Carlos da Rocha Mattos. A investigação durou seis anos. O livro mostra como decisões são postergadas, beneficiando acusados e dificultando a ação do Ministério Público para punir os culpados.

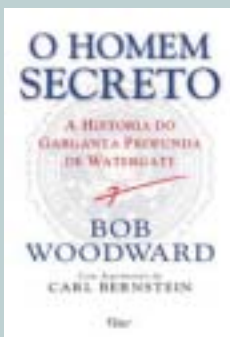


"JORNALISMO POLÍTICO"

Franklin Martins

Contexto, 144 pg, R\$ 29

O comentarista político e diretor da sucursal de Brasília da Rede Globo descreve, em poucas páginas, como é a rotina da cobertura do poder em Brasília. Martins procura usar exemplos do cotidiano do trabalho jornalístico e descreve o funcionamento do jornalismo político desde o partidário nítido dos anos 50 até a cobertura de eleições, envolvimento com fontes e análise editorial de boatos, dossiês e gravações clandestinas nos tempos atuais.



"O HOMEM SECRETO"

Bob Woodward

Rocco, 223 pg, R\$ 25

Lançamento: 23/7

EM DESTAQUE

Pouco mais de um mês depois da revelação da verdadeira identidade do "Garganta Profunda", a fonte que lhe apontou os rumos da investigação do caso Watergate, o jornalista Bob Woodward, repórter especial e editor executivo do *Washington Post*, publica o livro que conta seu relacionamento com W.Mark Felt. Este, que durante o governo Nixon era o número dois do FBI, se relacionava com o repórter desde que Woodward era mensageiro na Marinha. No final de maio, em entrevista à revista *Vanity Fair* com seu consentimento, seus parentes revelaram que Felt era a fonte dos repórteres. No mesmo dia, horas depois, Woodward e seus ex-colegas Carl Bernstein e Ben Bradlee confirmaram. O livro saiu poucas semanas depois. Segundo as primeiras resenhas, o texto deixa diversas perguntas sem serem respondidas. Por exemplo, o que exatamente motivou Felt a falar à imprensa. Um possível motivo seria o fato de ser preterido para a chefia do FBI após a morte de J.Edgard Hoover. Mas Woodward não esclarece isso.

Congresso muda data e fecha a primeira versão do programa

Devido à data do plebiscito sobre o desarmamento, associação adia o congresso para os dias 27 a 29 de outubro, uma semana após a data original; inscrições estão abertas em nosso website

Rio de Janeiro, 27 a 29 de Outubro de 2005

Quinta-feira, 27

Abertura - **participação livre**

Local: Associação Brasileira de Imprensa

Endereço: R. Araújo Porto Alegre, 71/9º andar - Centro/Rio

Horário: 19h30

Fala inicial: Professor **Cesar Romero Jacob** (PUC), **Marcelo Beraba** (Abraji) e **Maurício Azêdo** (ABI).

Homenagem: José Hamilton Ribeiro, 50 anos de carreira

Em memória: Tim Lopes e Vladimir Herzog

Conferência – “Jornalismo Investigativo no Brasil” – **José Hamilton Ribeiro**.

Sexta-feira, 28

Oficinas, painéis e conferência - **apenas para inscritos no congresso**

Local: PUC

Endereço: Rua Marquês de S. Vicente, 225 - Gávea

Horário: 13h às 22h

13h às 13h50 – Palestra

· Introdução à Reportagem Investigativa com Auxílio de Computador (RAC) – **José Roberto de Toledo**

14h às 17h – Oficinas

· Fundamentos da Reportagem Investigativa – **Chico Otávio**
· Telejornalismo Investigativo – **Marcelo Moreira** e **Eduardo Faustini**

Oficinas com pré-requisitos

· RAC – Uso de Excel em reportagem – **Evandro Spinelli** (PR: palestra Toledo)
· RAC – Pesquisa avançada na Internet – **Paulo Oliveira** (PR: palestra Toledo)
· RAC Avançado – **Brant Houston** (PR: conhecimento de inglês e de Excel)

17h30 às 18h30 – Painéis

· Free-lance – A busca de alternativas de trabalho – **Nadine Jurrat** (The Rory Peck Trust) e **Xico Sá**
· Direito de Acesso a Informações Públicas – **Fernando Rodrigues**

Boas histórias, boas reportagens
Apresentação de making-of de reportagens

Coordenação: **Liège Albuquerque**.

20h

Conferência – O futuro do jornalismo investigativo - **Charles Lewis** (ICIJ) [em inglês, com tradução simultânea]

Moderador – **Rosental Calmon Alves**

Sábado, 29

Oficinas, painéis e conferência - **apenas para inscritos no congresso**

9h às 9h50 – Palestra

· Introdução à RAC – **José Roberto de Toledo**

10h às 13h - Oficinas

· Fundamentos da Reportagem Investigativa – **Chico Otávio**
· Telejornalismo Investigativo – **Marcelo Moreira** e **Eduardo Faustini**
· Jornalismo On Line – **Rosental Calmon Alves** e **Ricardo Noblat**
· Planejamento e edição de reportagens especiais – **Angelina Nunes**
· Rádiojornalismo investigativo – **Cláudio Júlio Tognolli**, **Giovani Grizzotti**, alguém da CBN do Rio

Oficinas com pré-requisitos

· RAC – Uso de Excel – **Evandro Spinelli** (PR: palestra Toledo)
· RAC – Busca avançada na Internet – **Paulo Oliveira** (PR: Toledo)
· RAC Avançado – **Brant Houston** (PR: conhecimento de inglês e de Excel)

Boas histórias, boas reportagens
Coordenação: **Liège Albuquerque**.

14h às 15h30 - Painéis

· Jornalismo Investigativo e Meio Ambiente – **Maurício Tuffani**, **Lúcio Flávio Pinto**

· Investigando a Corrupção na Política – **Chico Otávio**, **Rubens Valente**, **MP, PF, Justiça Federal**, **Cláudio W. Abramo** (Transparência)

· Livro-reportagem – **Lucas Figueiredo**, **Mário Magalhães** e **Fernando Molica**

· Jornalismo Investigativo/Direitos, responsabilidades e ameaças – **Frederico Vasconcelos**, **Márcio Chaer** e **Cristina** (advogada do “Globo”)

Boas histórias, boas reportagens

Coordenação: **Liège Albuquerque**.

16h às 18h - Painéis

· Cobertura Política em Período de Crise – **Ricardo Noblat**, **José Casado**, **Leandro Fortes**.

· Investigando empresas – **Elvira Lobato**, **Suely Caldas** e **Carlos Tautz**
· Investigando violência e crimes urbanos – **Sílvia Ramos** (Cesec/Candido Mendes)

· Jornalismo Investigativo nos EUA e Europa – **Charles Lewis** e **Fernando Rodrigues** [tradução simultânea].

· Jornalismo Investigativo na Ditadura Militar – Lançamento de “As Reportagens que Abalaram a Ditadura” – **Fernando Molica** e autores.

18h30 às 19h30

Assembléia da Abraji. Nova diretoria, Congresso e planos para 2006.

PREÇOS

- Profissionais:

sócios da Abraji - **R\$ 100**
não-sócios - **R\$ 150** (torna-se sócio até abril/2006) e **R\$ 200** (até dez/2006)

- Estudantes:

sócios da Abraji - **R\$ 75**
não-sócios - **R\$ 120** (torna-se sócio até abril de 2006) e **R\$ 150** (até dez/2006)

Administração municipal é tema de cursos presenciais e online

Experiência com Centro Knight para o Jornalismo nas Américas leva o curso ao Brasil todo de uma só vez

ABRAJI

Fundada em 7.dez.2002
Primeira gestão (dez.2003/dez.2005)

Presidente
Marcelo Beraba

Vice-presidente
Chico Otavio

Diretor Executivo
Fernando Rodrigues

Defesa Profissional
Fernando Molica

Ensino
Claudio Tognoli

Reportagem com Auxílio do Computador
José Roberto de Toledo

Comitês Regionais
Liege Albuquerque

Gerente executivo
Marcelo Soares

Monitores
Carol Hungria (RAC/Alertas)
Thiago Mio Salla (website)

FALE CONOSCO

R.Rego Freitas, 454/8º andar
São Paulo - SP- 01220-010
Fone: (11) 3214-3766, R:205
abraji@abraji.org.br

O município é a unidade política que mais influi na vida de cada cidadão. É na política municipal que os líderes nacionais se formam. Paradoxalmente, a administração da cidade é muito mal coberta no jornalismo brasileiro. A atenção geralmente está voltada ao escândalo nacional da vez, e sempre há algum.

Em junho, a Abraji promoveu em São Paulo o primeiro curso de cobertura investigativa de administrações públicas, com o instrutor Evandro Spinelli, experiente repórter de política de Ribeirão Preto (SP). Com o sucesso do curso, a Abraji e o Centro Knight para o Jornalismo nas Américas promovem em agosto uma segunda edição, online, para atingir jornalistas de todo o Brasil.

No curso, Evandro expõe alguns métodos para cobrir com mais profundidade os atos das prefeituras. Esses métodos incluem a leitura e checagem sistemática do Diário Oficial, combinando isso com a criação de bancos de dados próprios com informações sobre licitações, doadores de campanha e promessas eleitorais, por exemplo.

"Precisamos ter a noção de que toda informação pode ser guardada, organizada e recuperada para futuro uso", diz Evandro, que também é instrutor de reportagem com auxílio do computador (RAC).

Em todas as versões do curso, a Abraji busca ter como alunos repórteres que já trabalhem na cobertura de Cidades, embora haja vagas para estudantes e profissionais fora da editoria. A ideia não é dis-



criminatória. Ocorre que os repórteres que trabalham diretamente na área têm mais chance de aplicar imediatamente a seu trabalho o que aprenderam. Esses profissionais trazem experiências próprias e dificuldades vividas no dia-a-dia. Trocando idéias sobre elas, pode-se aperfeiçoar a forma de cobertura.

Abraji apóia projeto na Favela da Maré

No dia 8 de agosto, será inaugurada a Escola de Comunicação Popular da Maré.

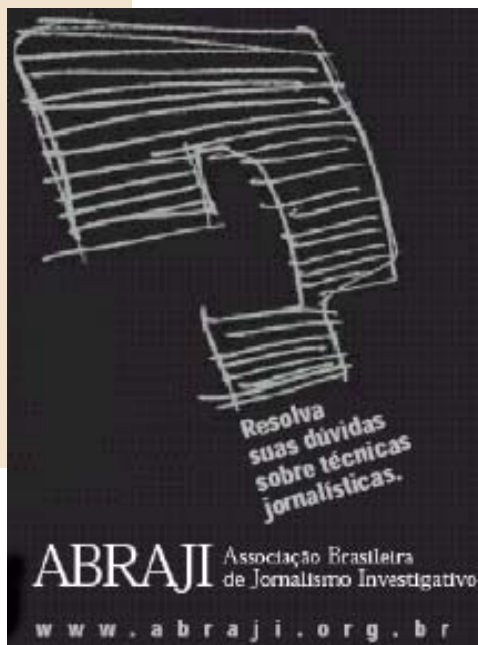
A ideia da criação da escola é incentivar iniciativas de comunicação comunitária, estimular o debate sobre a comunicação e formar uma rede de contatos para jornalistas terem informações sobre as favelas com fontes de fora da Polícia.

A escola é financiada pelo MEC, e seu orçamento deste ano é de R\$ 170 mil. A Abraji participa do conselho gestor da escola, juntamente com o Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro e outras entidades (incluindo duas universidades públicas e o canal Futura). A participação da associação será principalmente com cursos de técnicas jornalísticas.

Os cursos de comunicador popular (45 alunos) e fotógrafo popular (25 alunos) comecem no dia 29 de agosto e devem durar um ano. Os alunos foram selecionados em sete núcleos comunitários do Rio (Jacarezinho, Maré, Caju, Alemão, Vigário Geral, Parada de Lucas, Mangueira e Vila Residencial da UFRJ).

Eles terão aulas de vídeo, fotografia, jornalismo impresso, rádio, internet, leitura crítica e inglês. Produzirão documentários, revistas, cartilhas e jornais. Ao final do curso, o objetivo é que eles criem novos meios de comunicação independentes ou reforcem iniciativas existentes nas suas comunidades.

Caso você queira ser voluntário do projeto, escreva para Marcelo Soares, em abraji@abraji.org.br



APOIO:

Knight Center for Journalism
in the Americas
UNIVERSITY OF TEXAS AT AUSTIN

&

MCCORMICK TRIBUNE FOUNDATION